



INCLUSÃO E PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL: reflexões sobre políticas públicas de ações afirmativas para estudantes indígenas

Umberto Euzébio¹
Janaina de Aquino Ferraz²

RESUMO: Neste artigo é analisada a política de inclusão com ingresso e permanência de acadêmicos indígenas em convênio específico FUB/FUNAI. Foi aplicada a metodologia qualitativa estabelecendo-se os papéis de cada segmento envolvido no processo. Os resultados do estudo evidenciaram a existência de regras rígidas não compatíveis às realidades enfrentadas pelos estudantes. Há necessidade de estabelecimento de um processo democrático participativo envolvendo as três entidades: estudantes, universidade e FUNAI. Os compromissos assumidos por administrações anteriores devem ser honrados por todos os segmentos respeitando-se no componente acadêmico os aspectos socioculturais e acadêmicos de aprendizagem diferenciada para se atingir uma formação consistentemente comprometida.

Palavras-chave: minorias, FUNAI, cotas, autonomia, educação.

ABSTRACT: In this paper, we analyze the policy of inclusion based on the entrance and permanency of indigenous university students who take part in specific governmental agreement FUB / FUNAI. Qualitative methodology was applied to setting up the roles of each segment involved in the process. The study results reveal the existence of strict rules not compatible with the realities faced by these students. It is necessary to establish a participatory democratic process involving three entities: students, university and FUNAI. All segments involved should honor the commitments made by previous administrations. It is important to respect the academic component and sociocultural aspects from a different learning process to achieve a consistently committed training.

Keywords: minorities, FUNAI, quotas, autonomy, education.

¹ Professor Doutor do Instituto de Biologia da Universidade de Brasília

² Professora Doutora do Instituto de Letras da Universidade de Brasília

INTRODUÇÃO

O sistema público de Educação Superior brasileiro tem experimentado transformações, em particular no que se refere ao seu papel para a inclusão de grupos sociais vulneráveis que historicamente sempre foram negligenciados. É defendido por diferentes segmentos sociais que as instituições universitárias devem avançar em suas ações e práticas para garantir o acesso universal à Educação Superior por esses grupos sociais, de forma que haja efetivo exercício de deveres e gozo de direitos legais em cada região onde se encontram inseridas.

Diante disso, a universidade alcança seu sentido ao se manter portadora de identidades e de histórias sociais e culturais distintas em cada ambiente específico de atuação. Ao refletir sobre essa complexidade e os desafios da Educação Superior é constatado que:

a universidade confronta-se com uma situação complexa: são-lhe feitas exigências cada vez maiores por parte da sociedade ao mesmo tempo em que se tornam cada vez mais restritivas as políticas de financiamento das suas actividades por parte do Estado. Duplamente desafiada pela sociedade e pelo Estado, a universidade não parece preparada para defrontar os desafios, tanto mais que estes apontam para transformações profundas e não para simples reformas parcelares. Aliás, tal impreparação, mais do que conjuntural, parece ser estrutural, na medida em que a perenidade da instituição universitária, sobretudo no mundo ocidental, está associada à rigidez funcional e organizacional, à relativa impermeabilidade às pressões externas, enfim, à aversão à mudança. (SOUSA SANTOS, 1997, p.187).

Frequentemente é demandada à universidade resposta sobre o seu papel na sociedade como produtora de conhecimentos, de cultura bem como a sua reflexão crítica sobre quem são os destinatários de seus produtos. São questionamentos que estão nas raízes das crises da hegemonia e da legitimidade, pois a universidade constantemente se depara no confronto de um universo cultural dinâmico e versátil. Esse contexto foi, obviamente sugerido pela cultura de massas que por sua vez questiona a centralidade e o monopólio dessa instituição na produção da cultura e do conhecimento. Por outro lado, a Educação Superior e a cultura universitária refletem as prerrogativas de determinados grupos sociais, na reprodução das elites econômicas e sociais. Assim, a universidade deixa de ser centro de excelência de produção e passa a ser também espaço de construção de mecanismos de justiça social e de democracia. (SOUSA SANTOS, 1997, p. 212).

Sendo assim, as universidades tiveram de legitimar-se socialmente, no atendimento de reivindicações dos grupos excluídos na escala social, ou também no acúmulo de experiências provenientes de contexto histórico. Essa legitimação social justifica-se em atender o seu compromisso social nos diferentes ambientes e na aproximação da sociedade dispersa em diferentes realidades. Para isso a universidade sofreu certa estratificação interna, afetando diretamente os seus cursos e direcionando-os para a área básica ou de aplicação. Essa situação gerou dualismos entre as áreas de pesquisa, levando ao desenvolvimento de identidades que se classificam ou como pesquisa básica ou como pesquisa aplicada. Com essa dualidade, a universidade foi levada também a desenvolver medidas que permitissem o acesso dos grupos excluídos ao seu sistema educacional. Esse fato, no entanto, não foi necessariamente democratização interna, mas estratégia de sobrevivência da própria instituição em face dos desafios externos a que foi exposta.

Medidas governamentais são tomadas como forma de garantir maior acesso e socialização do processo de ingresso nas universidades públicas.

O Plano Nacional de Educação - PNE (2011-2020) tem como meta a elevação para 50% da taxa bruta e 33% da taxa líquida das matrículas na Educação Superior da população ente 18 e 24 anos (BRASIL, 2014). Para a efetivação dessas medidas governamentais, são necessárias outras medidas provenientes de ações dos movimentos e segmentos sociais que consideram os princípios constitucionais do direito universal à educação, assim como as exigências sociais de acesso, inclusão e principalmente permanência.

O movimento indígena brasileiro inicia e incentiva a inclusão de seus jovens nesse processo como forma de “fortalecimento das lutas de mais de 220 etnias do território nacional” (BANIWA, 2006). Essa necessidade é justificada para além da questão inclusiva, pois segundo Jacobi (2005) não existem representantes indígenas para defender suas causas, uma vez que entre eles não há formação de profissionais capacitados que venham a ocupar cargos em que há necessidade de formação acadêmica específica.

Em meio a esses fatos a Universidade de Brasília – UnB, firma em 2004, o convênio de Cooperação entre a Fundação Universidade de Brasília – FUB e a Fundação Nacional do Índio – FUNAI com o objetivo de formar profissionais indígenas que possam atuar em suas comunidades de origem. Este Convênio prevê, em um período de dez anos, que os dois órgãos promovam a garantia institucional

em níveis que vão desde o acolhimento dos estudantes, acompanhamento, orientação pedagógica até o auxílio financeiro para custeio das exigências econômicas que se colocam como um dos principais desafios. (UnB, 2004)

Essa medida é reafirmada a partir de 2012 com a promulgação da Lei Federal 12.771, tornando obrigatória a reserva de vagas para pretos, pardos, indígenas, alunos de escola pública e de baixa renda nas instituições federais de Ensino Superior e técnico (BRASIL, 2012). Essa medida governamental provocou grandes alterações na política interna das universidades federais, pois tiveram que se adequar às novas normas, mesmo que muitas delas já tivessem seus próprios programas de ações afirmativas.

O objetivo deste trabalho foi discutir os desafios e as demandas postos à universidade pela inclusão e permanência de estudantes indígenas procedentes de diferentes regiões do país, pertencentes a diferentes etnias, com destaque para a Amazônica. Com base nisso, construir reflexões por meio de observações e discussões nas relações entre FUNAI, UnB e estudantes indígenas.

METODOLOGIA

A pesquisa traz a abordagem qualitativa buscando repercutir as complexidades processuais de implementação da política pública de inclusão e permanência estabelecida pelo convênio FUB/FUNAI.

No trabalho, foram envolvidos e avaliados os fenômenos socioculturais e educacionais em que estavam inseridos os acadêmicos indígenas. Foram utilizadas abordagens de pesquisa-ação e pesquisa participante, com ações de dos próprios estudantes como sujeitos do processo. (THIOLLENT, 2009)

As reflexões foram embasadas em encontros semanais com os estudantes que ocorreram continuamente, durante três anos. A finalidade desses encontros sempre foi de planejar as atividades principalmente de enfrentamento de barreiras impostas pelo sistema dos organismos institucionais. Nessas reuniões, estudantes de diferentes áreas do conhecimento partiram de reflexões sobre as questões acadêmicas e administrativas, para o entendimento, elaboração de propostas e soluções dos problemas que interferem na sua permanência na universidade.

Com o objetivo de auxiliar na interpretação dos dados qualitativos foi também utilizada a proposta do diário de pesquisa com a produção de um jornal de pesquisa

durante as análises, seguindo a técnica da escuta sensível de Barbier “a escuta científica/clínica; a espiritual/filosófica e a poética existencial” que juntas constituem a abordagem transversal. (BARBOSA e HESS, 2010); (BARBIER, 2007)

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A maioria das universidades públicas no Brasil agrega em seus corpos discentes múltiplos segmentos da sociedade. Essa característica de diversidade é uma das constantes mais fortes do sentido e da justificativa de ‘universalizar’ o *lócus* de produção de conhecimento por excelência que as academias representam. Alinhado a este traço característico da universidade existe o interesse político de agregar grupos minoritários ao ambiente acadêmico como forma de evidenciação do caráter diverso e inclusivo das instituições, um exemplo contundente é a política de ação afirmativa para o ingresso de estudantes indígenas em seus quadros.

As políticas públicas de acesso desse grupo estão sendo, em linhas gerais, gradativamente implantadas por convênios e projetos de leis, o que faz com que pensemos, enquanto sociedade envolvida com as causas e demandas indígenas, na ampliação do acesso, concomitante à implementação dos processos que se apresentam em níveis de melhoria das condicionantes relativas à permanência dos estudantes indígenas no Ensino Superior.

No caso específico do convênio FUB/FUNAI o movimento de construção de universidade pública inclusiva sugere intensa rede de deslocamentos socioculturais, ou seja, demandas várias se colocam frente aos indivíduos que temporariamente ‘trocam’ suas vivências nas comunidades no interior do país em nome da necessidade de se graduarem.

Existe “uma crise do ser no mundo que se manifesta em toda a sua plenitude: nos espaços internos do sujeito, nas condutas sociais autodestrutivas; e nos espaços externos, na degradação da natureza da qualidade de vida das pessoas.” (JACOBI, 2005, p. 240). Na viabilização desses procedimentos, as responsabilidades institucionais para com os acadêmicos indígenas tornam-se muito delicadas sob o ponto de vista do cuidado, pois ao mesmo tempo em que se propõe inclusão, não são criadas medidas para diminuir a segregação e a exclusão.

Uma vez efetivado o acesso dos universitários indígenas e diante das dificuldades acadêmicas e sociais postas, surgem inúmeras demandas por

permanência, dentre as quais estão as de níveis fundamentalmente pedagógicas e as eminentes necessidades financeiras, acompanhadas e responsabilizadas em previsão do convênio pela UnB e FUNAI, respectivamente. (EUZEBIO et al, 2012a)

Ao considerar o convênio FUB/FUNAI com características claras de cooperação entre as duas instituições governamentais, as determinantes de manutenção da bolsa de estudo disponibilizada aos estudantes indígenas estão previstas e submetidas a critérios que envolvem dialogicamente questões pedagógicas relacionadas ao rendimento acadêmico como contrapartida.

Esse movimento impositivo de sobreposição do rendimento acadêmico em detrimento do financiamento da graduação dos estudantes tem causado fortes momentos de tensões, o que faz surgir, entre outros, processos de desestruturação social e acadêmica que retroalimentam as duas principais dificuldades que se constroem: as pedagógicas e as de manutenção de vida longe de casa.

A questão de pensarmos as condições sociais dos acadêmicos indígenas sob óticas compreensivas, e não impositivas, exige premissa fundante do pensamento complexo que é o reconhecimento das peculiaridades de cada manifestação existencial. Por conseguinte, os grandes embates entre lados, até então opostos pelas dinâmicas sociais, insurgem na falta de conhecimento das condições do “outro”, assim é que pré-conceitos nascem e retroalimentam o incognoscível de um sobre o “outro”, podendo levar aos conflitos vários da condição humana.

Nessa perspectiva, encontramos na falta de conhecimento - por parte das instituições mantenedoras da política pública, UnB e FUNAI - das necessidades dos estudantes indígenas nas universidades, como a principal justificativa da existência dos critérios que exigem considerados altos rendimentos acadêmicos como forma de manutenção da imprescindível bolsa de estudo. Com a finalidade de contribuição para o entendimento dessa problemática educacional dos estudantes indígenas na UnB, foram propostas medidas participativas de ação administrativa, educativa e pedagógica que objetivam a diminuição dos problemas de aprendizagem, dificuldades de interação, inserção e autonomia acadêmica. (EUZEBIO, et. al., 2012b)

Em estudo sobre rendimento acadêmico, foi verificada a elevação do índice de aprovação em disciplinas cujos professores conheciam a realidade do estudante indígena, participando de suas atividades, tomando conhecimento de suas reivindicações e ouvindo seus problemas. (MENESES, 2013)

Quanto às atitudes dos órgãos gestores FUB/FUNAI, as queixas dos estudantes indígenas são constantes ao afirmar que durante suas audiências os representantes manifestam positivamente no sentido de acatar suas reivindicações, porém na realidade elas nunca se efetivam. Esses dados corroboram como os estudos de Oliveira (2009) sobre os gestores de políticas públicas. Foi verificado que apesar de, sob o ponto de vista formal, seus gestores afirmarem existir participação da sociedade civil, na realidade, esta não influencia nas decisões dos organismos.

Um encaminhamento viável para superar esses empecilhos institucionais seria a efetivação de processo democrático de participação do segmento envolvido, aqui posto o grupo de acadêmicos indígenas, nos processos de elaboração e fiscalização das estratégias que a política pública prevê, ou seja, nenhum critério que dificulte a graduação dos estudantes pode ser imposto de forma sumária, hierárquica e aleatória ou seguindo a propósitos meramente administrativos em detrimento dos aspectos socioculturais.

Essas medidas não consistem em desvinculação dos órgãos gestores, mas talvez a possibilidade de aceitação por parte destas instituições da construção de processos de gestão próprios e diferentes, apropriados às especificidades socioculturais (NOBRE, 2011, p. 73). Viver a abertura respeitosa aos outros, tomando o próprio outro como objeto de reflexão crítica deveria fazer parte dos processos de formação docente. (FREIRE, 2011). Acreditamos que para esse contexto, a afirmação de Freire, é perfeitamente estendida para além da docência atingindo dessa forma diretamente os gestores. Ficou constatado que os órgãos gestores não assumem política de continuidade daquilo que foi acordado pelos seus antecessores, comprometendo diretamente o desempenho e o aprendizado desses estudantes, uma vez que gestores atuais perdem referências assumidas por gestores de administrações anteriores.

Segundo dados da Secretaria Especial de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial existem ações que atuam sobre educação, saúde, trabalho, entre outras, as quais reduzem desigualdades raciais, porém estas ações ainda estão em estágio inicial, com estrutura elementar e recursos escassos. “Essas políticas devem ser urgentemente complementadas por outras ações igualmente ou mais relevantes.” (ROSSO, 2009, p. 195)

CONCLUSÕES

Essa experiência aponta caminhos e descaminhos do processo de implantação de política ainda mais complexa marcada pela necessidade da presença da instituição e sua infraestrutura para a efetivação.

As políticas afirmativas de inclusão no Ensino Superior não devem prescindir da melhoria da qualidade da Educação Básica para não inviabilizar o processo pedagógico de formação de acordo com as necessidades de desenvolvimento da sociedade.

A inclusão de estudantes historicamente marginalizados consiste em desafio para sua reestruturação e criação de novas estratégias metodológicas e relações de ensino–aprendizagem, o que recupera o ser humano como cerne de todo processo formativo.

No intuito de conservar processos de aprendizagens multiculturais, surge a necessidade de desenvolver mecanismos éticos, étnicos e políticos de permanente vigilância para que a universidade não se torne instituição colonizadora e ameaçadora do direito dos povos originários de preservarem suas identidades étnicas.

Os processos de construção da universidade pública verdadeiramente inclusiva demandam a participação direta de entidades e sujeitos sociais nas frentes de elaboração das políticas públicas, pois essas ações são sentidas diretamente pelos grupos aos quais as ações dessas políticas públicas são direcionadas.

Há necessidade de maior comprometimento por parte dos órgãos gestores nas relações de trocas e diálogos, em que a participação dos estudantes nos processos decisórios seja efetiva e não somente complementar.

As condutas dos órgãos gestores do convênio FUB/FUNAI devem ser reavaliadas no sentido de honrar os compromissos assumidos por gestores em diferentes etapas do processo para que a continuidade das ações seja guiada para o fortalecimento e emancipação social de indígenas e não de sua fragmentação identitária.

REFERÊNCIAS

BANIWA, Gersem José dos Santos Luciano. O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas do Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/ Museu Nacional, 2006.

BARBIER, René. A pesquisa-ação. Brasília: Liber Livro, 2007.

BARBOSA, Joaquim Gonçalves; HESS, Remi. O diário de pesquisa: o estudante universitário e seu processo formativo. Brasília: Liber Livro, 2010.

BRASIL, Presidência da República. Lei n. 12.771, de 28 de dezembro de 2012.

Dispõe sobre o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal, referido no inciso XV do art. 48 da Constituição Federal, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12771.htm. Acesso em: 03 Maio 2015.

BRASIL, Presidência da República. Ministério da Educação. Plano Nacional da Educação (PNE 2011-2020) Brasília: MEC, 2014. Disponível em:

<http://pne.mec.gov.br/>. Acesso em: 16 Maio 2015.

EUZEBIO, Umberto et. al. Migrações e transformações sociais de estudantes indígenas decorrentes de ações afirmativas de inclusão na Universidade de Brasília.

In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 18, 2012. Águas de Lindoia. Anais do XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Campinas: ABEP, 2012a. p. 1-11. Disponível em: www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais.

(Trabalho completo: Poster [720] ABEP2012) Acesso em: 16 Maio 2015.

EUZEBIO, Umberto et. al. Realidade e desafios para a Educação Superior indígena na Universidade de Brasília. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS

POPULACIONAIS, 18, 2012. Águas de Lindoia. Anais do XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Campinas: ABEP, 2012b. p. 1-12. Disponível em:

www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais. (Trabalho completo: ST11[783] ABEP2012) Acesso em: 16 Maio 2015.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

JACOBI, Roberto Pedro. Educação ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. *Educação e Pesquisa*, v. 31, n. 2, p.233-250. 2005.

MENESES, Paulo Eduardo de Campos. O contexto acadêmico dos estudantes indígenas da Universidade de Brasília do convênio FUB/FUNAI em disciplinas da área de Química. 2013. 47f. Monografia (Licenciatura em Química) – Instituto de Química, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

NOBRE, Domingos. Letramento ou escolarização? Escola e projeto de sociedade. In: D'ANGELIS, Wilmar Rocha da; VASCONCELOS, Eduardo Alves (orgs.) *Conflito linguístico & direitos das minorias indígenas*. Campinas: Curt Nimuendaju, 2011. p. 67-75.

OLIVEIRA, Dijaci David de. Perfil dos gestores das políticas de promoção da igualdade racial no Brasil. In: ROSSO, Sadi Dal. *Políticas para a promoção de igualdade racial no Brasil*. Goiânia: FUNAP/ Programa de Direitos Humanos da UFG, 2009, p. 19-41.

ROSSO, Sadi Dal. *Políticas para a promoção de igualdade racial no Brasil*. Goiânia: FUNAP/ Programa de Direitos Humanos da UFG, 2009.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1997.

THIOLLENT, Michel. *Pesquisa-ação nas organizações*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

UnB – UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Convênio de Cooperação nº 001/2004. Convênio de Cooperação que entre si celebram a Fundação Universidade de Brasília e a Fundação Nacional do Índio. Brasília, 16 de fevereiro de 2004.